



**Processo:** nº 20.887/2011 (2 volume) (j).

**Apenso:** nº 040.000.994/2011 (1 volume).

**Origem:** Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX.

**Assunto:** Tomada de Contas Anual – TCA.

**Ementa:** Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesa, agentes de material e demais responsáveis da Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX, referente ao exercício de 2010.

. Decisão nº 5.589/2012. Conhecimento da Tomada de Contas Anual. Audiência dos gestores da Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX, ante a possibilidade de julgamento pela irregularidade das contas e de aplicação da penalidade prevista no art. 57, I da Lei Complementar nº 01/94. Julgamento das contas dos agentes de material sobrestado (fls. 70/71).

. Oferecimento de razões de justificativa (fls. 79/88, 100/107, 108/121, 122/128, 168/172 e 179/182).

. Secretaria de Contas sugere ao Tribunal que: 1) considere as razões de justificativa procedentes e parcialmente procedentes; 2) julgue as contas regulares e regulares com ressalvas; 3) expeça diligência à Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX, 4) considere os gestores quites com o Erário, e 5) autorize o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem (fls. 232/244).

. Ministério Público de Contas, divergindo da Unidade Técnica opina por que o Tribunal: 1) considere as razões de justificativa procedentes, parcialmente procedentes e improcedentes; 2) julgue as contas dos gestores regulares, regulares com ressalvas e irregulares; 3) considere os gestores quites com erário distrital; 4) expeça determinação à Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX, e 5) autorize o retorno dos autos a Secretaria de Contas para as providências cabíveis (fls. 245/258).

. VOTO pelo acolhimento das medidas alvitadas pelo douto *Parquet*. Justificativas procedentes, parcialmente procedentes e improcedentes. Contas regulares, regulares com ressalvas e irregulares. Quitação aos responsáveis. Aplicação de multa. Diligência à Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX. Sobrestamento levantado. Expedição de Acórdãos.



## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesa, agentes de material e demais responsáveis da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX**, referente ao exercício de 2010.

Na Sessão Ordinária de 17.10.2012, o Tribunal proferiu a Decisão nº 5.589/2012 (fls. 70/71) de seguinte teor:

*"I - tomar conhecimento da tomada de contas anual dos gestores da Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX, relativa ao exercício de 2010;*

*II - determinar a audiência dos gestores abaixo relacionados, com fulcro no artigo 13, inciso III, da Lei Complementar nº. 01/94, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa acerca das irregularidades apuradas no exercício financeiro de 2010 na RA XXIX, ante a possibilidade de julgamento pela irregularidade de suas contas e aplicação da penalidade prevista no art. 57, I, da Lei Complementar nº 01/1994, a saber:*

*a) Srs. MIGUEL ANGELO SOSTER, OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS e EDSON ROSA DE SOUZA, ex-Administradores Regionais da RA XXIX, pelas falhas indicadas nos subitens 5.3.1, 5.3.2 e 6.1.1 do Relatório de Auditoria nº. 03/2011-DIRAD/CONT;*

*b) Sras. ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA GONZAGA e PAULA MOURA DA SILVA, ex-Diretoras de Administração Geral da RA XXIX, pelas falhas indicadas no subitens 5.3.1 e 5.3.2 do Relatório de Auditoria nº. 03/2011-DIRAD/CONT;*

*III - sobrestar o julgamento das contas dos agentes de material da RA XXIX, Sras. CINTHIA ALARCÃO COSTA FLEURY e JOSÉLIA FERREIRA DA SILVA e SR. FRANKLIN BARBOSA DA CONCEIÇÃO SILVA, responsáveis pelo exercício de 2010, até o retorno das informações e esclarecimentos que porventura venham a ser apresentados pelos ex-Administradores Regionais indicados no item anterior;*

*IV - determinar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências que se fizerem necessárias."*

Em atenção à deliberação desta Corte, os Srs. **MIGUEL ANGELO SOSTER, OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS, EDSON ROSA DE SOUZA** e as Sras. **ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA GONZAGA e PAULA MOURA DA SILVA** ofereceram suas razões de justificativa, conforme os



documentos acostados às fls. 79/88, 100/107, 108/121, 122/128, 168/172 e 179/182.

Após análise dos argumentos expedidos pelos gestores da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX**, na Informação nº 8/2014-SECONT/2ª DICONTE, a Secretaria de Contas sugere ao egrégio Plenário que:

"I. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas em decorrência do item II da Decisão nº 5589/2012, considerando-as parcialmente procedentes;

II. nos termos do art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, julgue regulares com ressalvas as contas dos gestores relacionados no § 51, em face das constatações descritas abaixo, referentes ao Relatório de Auditoria nº 03/2011-DIRAD/CONT:

- a. ITEM 2.1.1 - Divergência de saldos entre os sistemas SIGMA e SIAC à Conta de materiais em estoque;
- b. ITEM 2.1.2 - Saldos ativados por compensação referentes a direitos já expirados;
- c. ITEM 3.1.1 - Ausência de seguro contra fogo e de prova de recolhimento de tributos no pagamento de aluguel;
- d. ITEM 3.3.1 - Ausência de retenção de ISS no pagamento de nota fiscal de serviços e de emissão de comprovante de recolhimento de ISS;
- e. ITEM 3.4.1 - Despesa irregular com serviços de publicidade;
- f. ITEM 3.5.1 - Aumento do quantitativo contratado sem previsão legal - Convite nº 01/2010;
- g. ITEM 5.1.1 - Irregularidades constantes do relatório de bens imóveis nº 025/2011/NUREI/GEOPA/DGPAT/SEPLAG;
- h. ITEM 5.2.1 - Permanência de bens de informática de terceiros sob a guarda da jurisdicionada;
- i. ITEM 5.3.3 - Descarga de entulhos em imóveis com destinação de uso público;
- j. ITEM 11 - Pendências previdenciárias a regularizar junto à Receita Federal do Brasil;

III. nos termos do art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, somos por julgar regulares com ressalvas as contas do gestor citado no §52, em face das constatações citadas no item anterior, acrescido do item 5.3.1 - Ocupação irregular de área pública e de servidão administrativa no âmbito da multifeira, do Relatório de Auditoria nº 03/2011-DIRAD/CONT;



IV. nos termos do art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, julgue regulares com ressalvas as contas do agente de material citado no §55, em face da divergência de saldos entre os sistemas SIGMA e SIAC à Conta de materiais em estoque - ITEM 2.1.1 do Relatório de Auditoria nº 03/2011-DIRAD/CONT;

V. nos termos do art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94, julgue regulares as contas da senhora nominada no §53 e dos agentes de material citados no §54;

VI. nos termos do artigo 19 da referida Lei Complementar, determine à Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento - RA XXIX que adote as medidas necessárias à correção e prevenção das impropriedades mencionadas no item II, III e IV supra, de modo que não voltem a ocorrer;

VII. em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998, proferida na Sessão Ordinária Administrativa de 15/12/1998, e em consonância com o artigo 24 da Lei Complementar nº 1/94, considere quites com o erário distrital no tocante ao objeto desta TCA os servidores relacionados nos itens II, III, IV e V desta sugestão;

VIII. autorize o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal".

**Chamado ao feito, o Ministério Público de Contas, divergindo das sugestões ofertadas pela Unidade Técnica, nos termos do Parecer 768/2014-DA, opina no sentido de que o egrégio Plenário:**

"I- tome conhecimento das razões de justificativa e respectivos anexos para, no mérito, considera-las:

a) improcedentes, as razões apresentadas pelo Senhor Edson Rosa de Souza;

b) parcialmente procedentes, as razões dos Senhores Miguel Angelo Soster, Otávio Rufino dos Santos; e

b) procedentes, as razões apresentadas pelas Senhoras Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga e Paula Moura da Silva;

II- com substrato no art. 17, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, julgue irregulares as contas anuais dos ordenadores de despesa da Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento - SIA- RA XXIX, exercício financeiro de 2010, em face das seguintes irregularidades, conforme o Relatório de Auditoria n.º 03/2010-DIRAG/CONT:



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

a) Sr. Edson Rosa de Souza - subitens 5.3.1 (Ocupação irregular de área pública e de servidão administrativa no âmbito da multifeira), 5.3.2 (Ocupação de imóvel com destinação contrária às normas de gabarito da RA XXIX) e 6.1.1 (Descumprimento ao limite de preenchimento de cargos em comissão - Decisão TCDF nº 2.469/2006);

b) Srs. Miguel Angelo Soster e Otávio Rufino dos Santos - 5.3.2 (Ocupação de imóvel com destinação contrária às normas de gabarito da RA XXIX) e 6.1.1 (Descumprimento ao limite de preenchimento de cargos em comissão - Decisão TCDF nº 2.469/2006);

III- com fulcro no art. 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, julgue regulares com ressalvas as contas anuais dos seguintes responsáveis:

a) Adalberto Mesquita da Fonseca e Paula Moura da Silva - subitens 2.1.1 (Divergência de saldos entre os sistemas SIGMA e SIAC à Conta de materiais em estoque), 2.1.2 (Saldos ativados por compensação referentes a direitos já expirados), 3.1.1 (Ausência de seguro contra fogo e de prova de recolhimento de tributos no pagamento de aluguel), 3.2.1 (Fornecimento irregular de alimentação a servidores), 3.3.1 (Ausência de retenção de ISS no pagamento de nota fiscal de serviços e de emissão de comprovante de recolhimento de ISS), 3.4.1 (Despesa irregular com serviços de publicidade), 3.5.1 (Aumento do quantitativo contratado sem previsão legal - Convite nº 01/2010), 5.1.1 (Irregularidades constantes do relatório de bens imóveis nº 025/2011/NUREI/GEOPA/DGPAT/SEPLAG), 5.2.1 (Permanência de bens de informática de terceiros sob a guarda da jurisdicionada), 5.3.3 (Descarga de entulhos em imóveis com destinação de uso público), 10 (Diligências da então SEOPS e Corregedoria-Geral do DF e do TCDF), 11 (Pendências previdenciárias a regularizar junto à Receita Federal do Brasil) e 12 (Ausência de prova de regularidade fiscal de servidores integrantes do rol de responsáveis);

b) Sra. Cinthia Alarcão Costa Fleury - subitem 2.1.1 (Divergência de saldos entre os sistemas SIGMA e SIAC à Conta de materiais em estoque);

IV- com fulcro no art. 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, julgue regulares as contas anuais dos seguintes responsáveis: Valéria Cavalcante Amorim Luz, Jucilene Ribeiro de



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

e-DOC 61FED758

Proc 20887/2011

Fls.: 264

Proc.:20887/11

Rubrica

Souza Santos, Franklin Barbosa da Conceição Silva e Josélia Ferreira da Silva;

V- considere quites com o erário distrital, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Complementar n.º 1/1994, os responsáveis indicados itens II e III, em relação ao objeto desta TCA;

VI- na forma do art. 19 da Lei Complementar n.º 1/1994, determine aos ordenadores de despesa e demais responsáveis da Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento - SIA - RA XXIX, ou a quem lhes haja sucedido, que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades indicadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes no futuro;

VII- determinar à Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento - SIA - RA XXIX que apure a responsabilidade do Sr. Olivan de Sousa Q. Júnior pela declaração na consulta prévia, que proporcionou a emissão do alvará de funcionamento do prédio situado à SIA, Trecho 5, AE 57, contrariando a NGB n.º 110/88, além de apurar as possíveis responsabilidades pela concessão do alvará de construção do mesmo prédio, em afronta ao uso do solo previsto na Norma de Gabarito;

VIII- autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências de praxe e arquivamento".

É o relatório.

## VOTO

Trata-se, nesta fase processual, da apreciação das razões de justificativa apresentadas em atenção ao item II da Decisão 5589/2012, como também do julgamento de mérito das contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis, relativas ao exercício de 2010, a saber:

### ORDENADORES DE DESPESAS E DEMAIS RESPONSÁVEIS

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Miguel Angelo Soster	Administrador Regional	01.01.2010 a 30.03.2010
Otávio Rufino dos Santos	Administrador Regional - Substituto	20.01.2010 a 18.02.2010



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 265

Proc.:20887/11

Rubrica

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Otávio Rufino dos Santos	Administrador Regional - Respondendo	31.03.2010 a 17.06.2010
Edson Rosa de Souza	Administrador Regional	18.06.2010 a 31.12.2010
Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga	Diretora da Diretoria de Administração Geral	01.01.2010 a 19.05.2010
Valéria Cavalcante Amorim Luz	Diretora da Diretoria de Administração Geral - Substituta	25.01.2010 a 03.02.2010
Valéria Cavalcante Amorim Luz	Diretora da Diretoria de Administração Geral	20.05.2010 a 27.05.2010
Jucilene Ribeiro de Souza Santos	Diretora da Diretoria de Administração Geral	16.06.2010 a 26.07.2010
Paula Moura da Silva	Diretora da Diretoria de Administração Geral	27.07.2010 a 31.12.2010

Fonte: Demonstrativos de fls. 5-6\*.

**AGENTE DE MATERIAL**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Cinthia Alarcão Costa Fleury	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios	01.01.2010 a 31.12.2010
Franklin Barbosa da Conceição Silva	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios - Substituto	01.01.2010 a 22.04.2010
Josélia Ferreira da Silva	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios - Substituto	24.04.2010 a 12.05.2010 e 13.05.2010 a 11.06.2010

Fonte: Demonstrativos de fls. 5-6\*.

No que concerne à apreciação das razões de justificativa, de acordo com apurações realizadas sobre os atos dos gestores da RA XXIX, no Relatório de Auditoria nº 03/2011-DIRAD/CONT (fls. 179/193\*), o Controle Interno apontou as seguintes irregularidades:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

"a) Subitem 5.3.1 - Ocupação irregular de área pública e de servidão administrativa no âmbito do multifeira.

- autorização para o avanço de 1600 m<sup>2</sup> de nova edificação na Multifeira (Processo nº 1372234/2001), em imóvel de alagada propriedade do CEASA, localizado no SIA Trecho 10, via IA-6, invadindo área de servidão administrativa e calçadas; e
- construção de subestação de energia em área de alegada propriedade do CEASA, sem aparente apreciação da CEB e CAESB.

b) Subitem 5.3.2 - Ocupação do imóvel com destinação contrária as normas de gabarito da RA XXIX.

- o prédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), localizado à via IA-4, em frente ao Trecho 10/11, encontra-se em local em desconformidade coma a NGB nº 73/88.

c) Subitem 6.1.1 - Descumprimento ao limite de preenchimento de cargos em comissão - Decisão nº 2.469/2006.

- o quantitativo da força de trabalho alocada na RA XXIX, no exercício de 2010, era constituído de 64 (sessenta e quatro) servidores, sendo que apenas 2% dos cargos em comissão foram ocupados por servidores efetivos do Governo do Distrito Federal, em desacordo com o item II da Decisão TCDF nº. 2.469/2006."

Nos termos do item II, "a", da Decisão nº 5.589/2012, os Srs. **MIGUEL ANGELO SOSTER**, **OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS** e **EDSON ROSA DE SOUSA** foram chamados para apresentar razões de justificativa em relação aos subitens 5.3.1, 5.3.2 e 6.1.1 do Relatório de Auditoria. E do item II, "b", do mesmo decísum, as Sras. **ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA GONZAGA** e **PAULA MOURA DA SILVA** foram chamadas a prestar justificativas em relação aos subitens 5.3.1 e 5.3.2 do mencionado Relatório de Auditoria.

**Das razões de justificativa apresentadas em relação ao subitem 5.3.1 – Ocupação irregular de área pública e de servidão administrativa no âmbito da Multifeira.**

Nas razões de justificativa de fls. 122/123, 80/81 e 100/101, os Srs. **MIGUEL ANGELO SOSTER** e **OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS** e a Sra. **ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA GONZAGA** informaram que as suas exonerações foram anteriores ao ato de concessão do alvará assinado pelo Sr. **EDSON ROSA DE SOUZA**, em 11/11/2010 (cópia à fl. 131 do apenso). Ressaltaram, ainda, a existência de Ação Civil Pública nº 2011.01.1.022335-6, com decisão liminar suspendendo o alvará firmado.





A Senhora **PAULA MOURA DA SILVA**, no documento de fls. 168/172, informou que o assunto é estranho às suas competências, tendo em vista que é uma atividade desvinculada do cargo de Diretora de Administração Geral.

O Senhor **EDSON ROSA DE SOUZA**, então Administrador Regional e signatário do alvará de construção, em 11/11/2010, informou que:

- "1) o requerente do alvará foi a CEASA;
- 2) o alvará foi emitido em conformidade com algumas alterações propostas pelo CEASA que, ao tratar do acréscimo de 4.099,65m<sup>2</sup> em reunião com o então Presidente da empresa, esse total se referia a modificações da área interna, não caracterizando o aumento da área;
- 3) o ato por ele praticado teve os seguintes fundamentos:
  - a) a requerente do alvará tratava-se de uma empresa pública,
  - b) o corpo técnico apresentou orientação quanto à viabilidade de atender ao requerimento apresentado,
  - c) a inexistência de interesse particular de terceiros; e
  - d) a emissão do alvará de construção nº 42/2010, assim, teve por concedente a TERRACAP e por concessionária a CEASA;
- 4) o justificante não tem responsabilidade por um ato irresponsável e criminoso dos Diretores da CEASA que, após a concessão do alvará, deram outra destinação que não fosse do interesse do DF; e
- 5) o fato de ter a CEASA repassado à Tartuce Construção e Incorporadora o alvará emitido não lhe diz respeito e que decisão é de responsabilidade dos Diretores nomeados pelo Senhor Governador".

**Das razões quanto ao subitem 5.3.2 – Ocupação de imóvel com destinação contrária às normas de gabarito da RA XXIX.**

Os Srs. **ANGELO SOSTER**, **EDSON ROSA DE SOUZA**, **OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS**, Administradores Regionais, e **ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA GONZAGA**, Diretora de Administração Geral, nos documentos de fls. 123/126, 81/85, 180/181 e 101/103, informaram que:

- "1) o Controle Interno ignorou que, em Brasília, no ano de 2010, existiam mais de 10.000 prédios na mesma situação e que o SIA sediava diversos órgãos públicos;



2) o crescimento da cidade demanda a adequação das normas às exigências sociais;

3) o imóvel em questão foi construído no SIA trecho 5, Área Especial 57, devido a uma mudança no alvará de construção;

4) a Licença Prévia nº 668/2007, em 31/05/2007, foi submetida à consulta pública. E, segundo o Gerente de Projetos, à época, o objeto seria compatível com o Zoneamento para o local;

5) a consulta prévia, a licença de funcionamento e a aprovação do projeto, como também o alvará de funcionamento e a própria construção antecederam a nomeação do agente público ao cargo, conforme cópia de documento juntado à fl. 98;

6) a AGEFIS seria o órgão competente para intervir, mediante Poder de Polícia, nos estabelecimentos comerciais, sem a licença de funcionamento;

7) a autorização para a emissão do Alvará de Localização e Funcionamento de Transição foi dada com fundamento na Lei nº 4.201/2008, que tinha por finalidade possibilitar a regularização de diversas áreas no DF."

O Sr. **OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS**, às fls. 225/226, informou, em complemento, que na sua gestão revogou todos os alvarás a título precário, conforme a Lei nº 4.201/2008, em razão de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2008.00.2.015686-2.

A Sra. **PAULA MOURA DA SILVA**, Diretora de Administração Geral à época da irregularidade, destacou que as atividades de concessão de alvarás e de fiscalização de licenças e obras não estão afetas às suas competências, nem subordinadas à gestora, conforme o Decreto nº 16.247/1994 (Regimento Interno da Administração Regional).

**Das razões quanto ao Subitem 6.1.1 – Descumprimento ao limite de preenchimento de cargos em comissão – Decisão TCDF nº 2.469/2006**

Os Srs. **MIGUEL ANGELO SOSTER**, **OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS** e **EDSON ROSA DE SOUZA** trouxeram a mesma justificativa para este subitem, esclarecendo que as nomeações do quadro da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX** são de livre iniciativa do Governador do Distrito Federal, conforme art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

A Unidade Técnica, em face dos apontamentos apresentados na instrução de fls. 232/244, considera as razões de justificativa:

a) dos Srs. **MIGUEL ANGELO SOSTER** e **OTAVIO RUFINO DOS SANTOS**, procedentes em relação aos subitens 5.3.1, 5.3.2 e 6.1.1 do Relatório de Auditoria,



- b) das Sras. **ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA GONZAGA** e **PAULA MOURA DA SILVA** procedentes quanto aos subitens 5.3.1 e 5.3.2 do Relatório de Auditoria; e
- c) do Srs. **EDSON ROSA DE SOUZA**, procedentes em relação aos subitens 5.3.2 e 6.1.1 e parcialmente procedentes em subitem 5.3.1, todos do Relatório de Auditoria.

Por sua vez, o Ministério Público de Contas, divergindo das conclusões da Unidade Técnica, pugna pela improcedência das razões de justificativa oferecidas pelo Sr. **EDSON ROSA DE SOUZA** em relação aos subitens 5.3.1, 5.3.2 e 6.1.1 do Relatório de Auditoria e dos Srs. **MIGUEL ANGELO SOSTER** e **OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS** em relação aos subitens 5.3.2 e 6.6.1 do Relatório de Auditoria.

Tendo em vista os elementos informativos constantes dos autos, não tenho razão para divergir das conclusões do Órgão Ministerial de Contas quanto ao mérito das razões de justificativas apresentadas pelos gestores da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX** para afastar as irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria.

Em relação ao subitem 5.3.1 do Relatório de Auditoria, concordo com a improcedência das justificativas do Sr. **EDSON ROSA DE SOUZA**, pois restou evidenciado nos autos o ato ilegal de concessão do alvará sem aferição dos direitos de propriedade envolvidos e a ausência de recolhimento do preço público para a concessão do alvará, em afronta incisos I e II do art. 6º da Lei Distrital nº 1.172/1996.

Tenho por procedente, também, as justificativas dos Srs. **MIGUEL ANGELO SOSTER** e **OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS**, uma vez que esses gestores foram exonerados do cargo antes da concessão do alvará irregular, conforme se observa à fl. 131.

Considero procedentes, ainda, as justificativas da Sra. **PAULA MOURA DA SILVA**, tendo em vista que, à época, as atividades de concessão de alvarás e de fiscalização de licenças e obras não estavam afetas às suas competências, nem subordinadas à gestora, conforme o Decreto nº 16.247/1994 (Regimento Interno da Administração Regional). Em consequência, as justificativas dessa responsável devem ser aproveitadas em relação a Sra. **ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA GONZAGA**, também Diretora de Administração Geral na gestão em exame.

Em relação ao subitem 5.3.2 do Relatório de auditoria, tenho por improcedentes as justificativas dos Srs. **MIGUEL ANGELO SOSTER**, **EDSON ROSA DE SOUZA** e **OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS**, pois restou configurada a omissão dos responsáveis quanto as suas responsabilidades definidas nos arts. 1º e 2º do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.247/1994, decorrente da falta de supervisão das atividades urbanas sob sua jurisdição, o que demanda, dentre outras providências, o acompanhamento das atividades empreendidas pela **AGEFIS**, além do controle da ocupação e do uso do solo.



Concordo, também, com a procedência das justificativas da Sra. **PAULA MOURA DA SILVA**, haja vista que as atividades de controle do uso do solo não estão afetas às suas competências, nem subordinadas à gestora, conforme o Decreto nº 16.247/1994 (Regimento Interno da Administração Regional). Por conseguinte, as justificativas dessa responsável podem ser aproveitadas em relação Sra. **ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA GONZAGA**, também Diretora de Administração Geral da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX**.

Em relação ao subitem 6.1.1 do Relatório de Auditoria, tenho por improcedentes as justificativas dos Srs. **MIGUEL ANGELO SOSTER, OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS** e **EDSON ROSA DE SOUZA**.

De acordo com o Relatório da Auditoria, o quantitativo da força de trabalho alocada na **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX**, no exercício de 2010, era constituído de 64 (sessenta e quatro) servidores, sendo que "(...) apenas 2% dos cargos em comissão ocupados por servidores efetivos do Governo do Distrito Federal, em desacordo com o item II da Decisão TCDF nº. 2.469/2006" (fl. 187v-apenso). Assim, aproximadamente **98%** (noventa e oito por cento) da força de trabalho da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX** compõem-se de comissionados sem vínculo efetivo, descumprindo, assim, ao limite mínimo estabelecido na legislação de 50% (cinquenta por cento) de preenchimento de cargos em comissão por servidores dos quadros do GDF.

Como bem atesta o Órgão Ministerial de Contas, os Administradores Regionais participaram da irregularidade quando aceitaram o pessoal alocado, sem qualquer oposição ao preenchimento dos cargos por comissionados sem vínculo efetivo. Assim, a situação irregular, decorre não só do ato do Chefe do Poder, mas também do ato omissivo daquele que deixou de embargá-lo. Além disso, na prática, não se pode excluir a possibilidade de o Administrador Regional participar previamente à indicação dos agentes comissionados.

Outrossim, a aceitação do Administrador Regional configura o descumprimento do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal, e do inciso V do artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº. 26/98, vigente à época do exercício financeiro das contas em exame).

### **Do julgamento das contas anuais dos gestores da RA XXIX.**

Do exame da documentação que compõem estas contas, e tendo em conta o resultado das razões de justificativa apresentadas pelos gestores da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX**, a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas divergem quanto à influência dos achados do Relatório de Auditoria na regularidade dos atos de gestão. Para melhor compreensão das medidas oferecidas nesta etapa de fiscalização e controle, apresento o resumo das propostas apresentadas:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

<i>subitem</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Unidade Técnica</i>	<i>Ministério Público de Contas</i>
2.1.1	<i>Divergência de saldos entre os sistemas SIGMA e SIAC à Conta de materiais em estoque</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Ressalva</i>
2.1.2	<i>Saldos ativados por compensação referentes a direitos já expirados</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Ressalva</i>
3.1.1	<i>Ausência de seguro contra fogo e de prova de recolhimento de tributos no pagamento de aluguel</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Ressalva</i>
3.3.1	<i>Ausência de retenção de ISS no pagamento de nota fiscal de serviços e de emissão de comprovante de recolhimento de ISS</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Ressalva</i>
3.4.1	<i>Despesa irregular com serviços de publicidade</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Ressalva</i>
3.5.1	<i>Aumento do quantitativo contratado sem previsão legal - Convite nº 01/2010</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Ressalva</i>
5.1.1	<i>Irregularidades constantes do relatório de bens imóveis nº 025/2011/NUREI/GEOPA/DGPAT/SEP LAG</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Ressalva</i>
5.2.1	<i>Permanência de bens de informática de terceiros sob a guarda da jurisdicionada</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Ressalva</i>
5.3.1	<i>Ocupação irregular de área pública e de servidão administrativa no âmbito da multifeira</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Irregularidade</i>
5.3.2	<i>Ocupação de imóvel com destinação contrária às normas de gabarito da jurisdicionada</i>	<i>Não influenciada</i>	<i>Irregularidade</i>
5.3.3	<i>Descarga de entulhos em imóveis com destinação de uso público</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Ressalva</i>
6.1.1	<i>Descumprimento ao limite de preenchimento de cargos em comissão - Decisão nº 2469/2006</i>	<i>Não influenciada</i>	<i>Irregularidade</i>
11	<i>Pendências previdenciárias a regularizar junto à Receita Federal do Brasil</i>	<i>Ressalva</i>	<i>Ressalva</i>

A vista dessas considerações, para efeito do julgamento das contas da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX**, a Unidade Técnica individualizou a responsabilidade dos gestores no exercício de 2010, a saber:





**"a) Contas regulares com ressalvas**, com fundamento no art. 17, II, da Lei Complementar nº 01/94: dos Srs. MIGUEL ANGELO SOSTER, OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS, ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA GONZAGA, JUCILENE RIBEIRO DE SOUSA SANTOS, em face das ocorrências apontadas nos subitens 2.1.1, 2.1.2, 3.1.1, 3.3.1, 3.4.1, 3.5.1, 5.1.1, 5.2.1, 5.3.3, 6.1.1 e 11 do Relatório de Auditoria;

**b) Contas regulares com ressalvas**, com fundamento no art. 17, II, da Lei Complementar nº 01/94: do Sr. EDSON ROSA DE SOUZA, em face da ocorrência constante do subitem 5.3.1 do Relatório de Auditoria;

**c) Contas regulares com ressalvas**, com fundamento no art. 17, II, da Lei Complementar nº 01/94: da Sra. CINTHIA ALARCÃO COSTA FLEURY, em face da ocorrência constante do subitem 2.1.1 do Relatório de Auditoria, e

**d) Contas regulares**, com fundamento no art. 17, I, da Lei Complementar nº 01/94: do Sr. FRANKLIN BARBOSA DA CONCEIÇÃO SILVA e das Srs. VALÉRIA CAVALCANTE AMORIM LUZ e JOSÉLIA FERREIRA DA SILVA, haja vista o exíguo período de gestão;

Por sua vez, o Ministério Público de Contas divergindo em parte das conclusões da Unidade Técnica, propõe ao e. Plenário o seguinte julgamento:

**"a) Contas irregulares**, com fundamento no art. 17, III, b, da Lei Complementar nº 01/94:

1) do Sr. EDSON ROSA DE SOUZA, em face das ocorrências constantes dos subitens 5.3.1, 5.3.2 e 6.1.1 do Relatório de Auditoria;

2) do Srs. MIGUEL ANGELO SOSTER e OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS, em face das ocorrências constantes dos subitens 5.3.2 e 6.1.1 do Relatório de Auditoria.

**b) Contas regulares com ressalvas**, com fundamento no art. 17, II, da Lei Complementar nº 01/94: das Sras ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA e PAULA MOURA DA SILVA, em face das ocorrências apontadas nos subitens 2.1.1, 2.1.2, 3.1.1, 3.3.1, 3.4.1, 3.5.1, 5.1.1, 5.2.1, 5.3.3, 6.1.1 e 11 do Relatório de Auditoria;

**c) Contas regulares**, com fundamento no art. 17, I, da Lei Complementar nº 01/94: das Sras VALÉRIA CAVALCANTE AMORIM LUZ, JUCILENE RIBEIRO DE SOUZA SANTOS e JOSÉLIA FERREIRA DA SILVA e do Sr. FRANKLIN BARBOSA DA CONCEIÇÃO SILVA."

Neste aspecto, não tendo razão para divergir das análises efetuadas pelo douto *Parquet*, adoto como razão de decidir os fundamentos apresentados no Parecer de fls. 245/258, pois entendo que as ocorrências





constantes dos subitens 5.3.1, 5.3.2 e 6.1.1 do Relatório de Auditoria configuram grave infração a norma legal.

No caso, tendo em vista a gravidade dos fatos apurados, com fundamento no art. 57, I, da Lei Complementar nº 01/94, e considerando a gradação prevista no art. 182 do RI/TCDF, entendo cabível a aplicação de multa aos gestores da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX**, na forma do Acórdão que será submetido à apreciação deste Tribunal.

#### **Da diligência a Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento**

Ainda em relação 5.3.2 do Relatório de Auditoria – Ocupação de imóvel com destinação contrária às normas de gabarito da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX**, o Controle Interno informa que o prédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), localizado à via IA-4, em frente ao Trecho 10/11, encontra-se em local em desconformidade com a NGB nº 73/88.

O Ministério Público de Contas destaca que Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) ocupou área em local irregular, contrariando o uso previsto da mesma, visto que área esta localizada no SIA, Trecho 5, AE 57. O uso previsto na Norma de Gabarito nº 110/88 seria a instalação de “*usina de pasteurização de leite*”.

Ressalta, ainda, o *Parquet* que, desde a concessão do alvará, houve a indicação incorreta de que o uso seria compatível com o zoneamento. Não está claro se o prédio foi construído com a finalidade de abrigar a **Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, pois o alvará foi deferido em nome da empresa **Atrium Assessoria e Consultoria Imobiliária**. Já a aprovação de projeto, tratada no Processo nº 309.000.171/2007 tem como interessada a empresa **Premium Participações Ltda.**, conforme consulta ao Sistema de Consulta Processual (SICOP). Tampouco, há informações sobre a propriedade do terreno.

Por fim, o *Parquet* registra que, após a construção do prédio, não há notícias de fiscalização do uso irregular, seja pela **AGEFIS** ou pela **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX**. Todavia, era de se esperar a atuação daquela **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX** com a finalidade de punir os particulares pelo uso indevido da área, além de apurar as responsabilidades dos agentes públicos, Sr. **OLIVAN DE SOUSA Q. JÚNIOR** (pela declaração incorreta na consulta prévia para fins de alvará de funcionamento) e demais responsáveis pela concessão indevida do alvará de construção.

Assim, concordo com a determinação à **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX** para que apure a responsabilidade do Sr. **OLIVAN DE SOUSA Q. JÚNIOR** pela declaração na consulta prévia, que proporcionou a emissão do alvará de funcionamento do prédio situado à SIA, Trecho 5, AE 57, contrariando a NGB nº 110/88, além de



apurar as possíveis responsabilidades pela concessão do alvará de construção do mesmo prédio, em afronta ao uso do solo previsto na Norma de Gabarito.

### **Do sobrestamento do julgamento destas Contas**

Nos termos do item III da Decisão nº 5.589/2012, o Tribunal determinou o sobrestamento do julgamento destas contas até a apreciação das razões de justificativas a serem apresentadas pelos gestores da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX** em face das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria.

Tendo em vista que, nesta fase processual, encontram-se encerrados os motivos que levaram ao sobrestamento a tramitação destes autos, entendo que esta Corte pode dar continuidade ao julgamento das contas.

Diante do exposto, considerando as conclusões da Unidade Técnica e acolhendo o parecer do Órgão Ministerial de Contas, **VOTO** por que o egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento das razões de justificativa e respectivos anexos para, no mérito, considerá-las:
  - a) improcedentes, as razões apresentadas pelo Sr. **EDSON ROSA DE SOUZA**;
  - b) parcialmente procedentes, as razões dos Senhores **MIGUEL ANGELO SOSTER e OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS**; e
  - c) procedentes, as razões apresentadas pelas Sras. **ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA e PAULA MOURA DA SILVA**;
- II - levante o sobrestamento determinado pelo item II da Decisão nº 5589/2012;
- III - com substrato no art. 17, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, julgue **IRREGULARES** as contas anuais dos ordenadores de despesa da Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento - SIA– RA XXIX, exercício financeiro de 2010, em face das seguintes irregularidades, conforme o Relatório de Auditoria n.º 03/2010-DIRAG/CONT::
  - a) Sr. **EDSON ROSA DE SOUZA** - subitens 5.3.1 (Ocupação irregular de área pública e de servidão administrativa no âmbito da multifeira), 5.3.2 (Ocupação de imóvel com destinação contrária às normas de gabarito da RA XXIX) e 6.1.1 (Descumprimento ao limite de preenchimento de cargos em comissão – Decisão TCDF nº 2.469/2006);
  - b) Srs. **MIGUEL ANGELO SOSTER e OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS** – 5.3.2 (Ocupação de imóvel com



destinação contrária às normas de gabarito da RA XXIX) e 6.1.1 (Descumprimento ao limite de preenchimento de cargos em comissão – Decisão TCDF nº 2.469/2006);

- IV** - aplique, em decorrência do item anterior, consoante Parágrafo Único, do artigo 20 da Lei Complementar n.º 01/94, aos Srs. **EDSON ROSA DE SOUZA, MIGUEL ANGELO SOSTER e OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS** a multa prevista no artigo 57, inciso I, da citada Lei Complementar, cujo valor será fixado em acórdão;
- V** - com fulcro no art. 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, julgue **REGULARES COM RESSALVAS** as contas anuais dos seguintes responsáveis:
- a) ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA e PAULA MOURA DA SILVA** – subitem 2.1.1 (Divergência de saldos entre os sistemas SIGMA e SIAC à Conta de materiais em estoque), 2.1.2 (Saldos ativados por compensação referentes a direitos já expirados), 3.1.1 (Ausência de seguro contra fogo e de prova de recolhimento de tributos no pagamento de aluguel), 3.2.1 (Fornecimento irregular de alimentação a servidores), 3.3.1 (Ausência de retenção de ISS no pagamento de nota fiscal de serviços e de emissão de comprovante de recolhimento de ISS), 3.4.1 (Despesa irregular com serviços de publicidade), 3.5.1 (Aumento do quantitativo contratado sem previsão legal – Convite nº 01/2010), 5.1.1 (Irregularidades constantes do relatório de bens imóveis nº 025/2011/NUREI/GEOPA/DGPAT/SEPLAG), 5.2.1 (Permanência de bens de informática de terceiros sob a guarda da jurisdicionada), 5.3.3 (Descarga de entulhos em imóveis com destinação de uso público), 10 (Diligências da então SEOPS e Corregedoria-Geral do DF e do TCDF), 11 (Pendências previdenciárias a regularizar junto à Receita Federal do Brasil) e 12 (Ausência de prova de regularidade fiscal de servidores integrantes do rol de responsáveis);
- b) Sra. CINTHIA ALARCÃO COSTA FLEURY** – subitem 2.1.1 (Divergência de saldos entre os sistemas SIGMA e SIAC à Conta de materiais em estoque);
- VI** - com fulcro no art. 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, julgue **REGULARES** as contas anuais dos seguintes responsáveis: **VALÉRIA CAVALCANTE AMORIM LUZ, JUCILENE RIBEIRO DE SOUZA SANTOS,**



**FRANKLIN BARBOSA DA CONCEIÇÃO SILVA e  
JOSÉLIA FERREIRA DA SILVA;**

- VII** - considere quites com o erário distrital, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Complementar n.º 1/1994, os responsáveis indicados itens II e III, em relação ao objeto desta TCA;
- VIII** - na forma do art. 19 da Lei Complementar n.º 1/1994, determine aos ordenadores de despesa e demais responsáveis da **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX**, ou a quem lhes haja sucedido, que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades indicadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes no futuro;
- IX** - determine à **Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – RA XXIX** que apure a responsabilidade do Sr. **OLIVAN DE SOUSA Q. JÚNIOR** pela declaração na consulta prévia, que proporcionou a emissão do alvará de funcionamento do prédio situado à SIA, Trecho 5, AE 57, contrariando a NGB nº 110/88, além de apurar as possíveis responsabilidades pela concessão do alvará de construção do mesmo prédio, em afronta ao uso do solo previsto na Norma de Gabarito, disso dando ciência ao Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias;
- X** - expeça, aprove e mande publicar os acórdãos que ora submeto a apreciação do egrégio Plenário;
- XI** - autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências de praxe e arquivamento;
- XII** - autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 2014.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Conselheiro-Relator

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

e-DOC 61FED758

Proc 20887/2011

Fls.: 277

Proc.:20887/11

Rubrica

**ACÓRDÃO Nº /2014**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual. Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX. Exercício de 2010. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

**Processo:** nº 20.887/2011 (2 volumes)

**Apenso:** nº 040.000.994/2011 (1 volume).

**Nome/Função/Período:**

**ORDENADORES DE DESPESAS E DEMAIS RESPONSÁVEIS**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Valéria Cavalcante Amorim Luz	Diretora da Diretoria de Administração Geral – Substituta	25.01.2010 a 03.02.2010
Valéria Cavalcante Amorim Luz	Diretora da Diretoria de Administração Geral	20.05.2010 a 27.05.2010

Fonte: Demonstrativos de fls. 5-6 do Processo nº 040.000.994/2011\*.

**AGENTE DE MATERIAL**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Franklin Barbosa da Conceição Silva	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios – Substituto	01.01.2010 a 22.04.2010
Josélia Ferreira da Silva	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios – Substituto	24.04.2010 a 12.05.2010 e 13.05.2010 a 11.06.2010

Fonte: Demonstrativos de fls. 5-6 do Processo nº 040.000.994/2011\*.

**Órgão/Entidade** Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX.

**Relator:** Conselheiro ANTONIO RENATO ALVES RAINHA.

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas / 2ª Divisão de Contas



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

e-DOC 61FED758

Proc 20887/2011

Fls.: 278

Proc.:20887/11

Rubrica

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos artigos 17, I e 24, I, da Lei Complementar do nº 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº ..... de .....

**Presentes os Conselheiros:**.....

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) .....

**Representante do MP presente:** Procuradora .....

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Relator

Fui Presente:

\_\_\_\_\_  
Representante do MP



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

**ACÓRDÃO Nº /2014.**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual. Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX. Exercício de 2010. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação ao responsável. Devolução dos autos à Inspeção.

**Processo** nº 20.887/2011 (2 volumes)

**Apenso** nº 040.000.994/2011 (1 volume).

**Nome/Função/Período:****ORDENADORES DE DESPESAS E DEMAIS RESPONSÁVEIS**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga	Diretora da Diretoria de Administração Geral	01.01.2010 a 19.05.2010
Paula Moura da Silva	Diretora da Diretoria de Administração Geral	27.07.2010 a 31.12.2010

Fonte: Demonstrativos de fls. 5-6 do Processo nº 040.000.994/2011\*.

**AGENTE DE MATERIAL**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Cynthia Alarcão Costa Fleury	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios	01.01.2010 a 31.12.2010

Fonte: Demonstrativos de fls. 5-6 do Processo nº 040.000.994/2011\*.

**Órgão/Entidade** Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX.

**Relator:** Conselheiro ANTONIO RENATO ALVES RAINHA.

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas / 2ª Divisão de Contas

**Síntese das irregularidades apuradas:** falhas arroladas no Relatório de Auditoria nº 03/2011 – DIRAG/CONT (fls. 179/188 do Processo nº 040.000.994/2011), a saber:

a) **ADALBERTA MESQUITA DA FONSECA GONZAGA e PAULA MOURA DA SILVA** – subitens 2.1.1 (Divergência de saldos entre os sistemas SIGMA e SIAC)



à Conta de materiais em estoque), 2.1.2 (Saldo ativados por compensação referentes a direitos já expirados), 3.1.1 (Ausência de seguro contra fogo e de prova de recolhimento de tributos no pagamento de aluguel), 3.2.1 (Fornecimento irregular de alimentação a servidores), 3.3.1 (Ausência de retenção de ISS no pagamento de nota fiscal de serviços e de emissão de comprovante de recolhimento de ISS), 3.4.1 (Despesa irregular com serviços de publicidade), 3.5.1 (Aumento do quantitativo contratado sem previsão legal – Convite nº 01/2010), 5.1.1 (Irregularidades constantes do relatório de bens imóveis nº 025/2011/NUREI/GEOPA/DGPAT/SEPLAG), 5.2.1 (Permanência de bens de informática de terceiros sob a guarda da jurisdicionada), 5.3.3 (Descarga de entulhos em imóveis com destinação de uso público), 10 (Diligências da então SEOPS e Corregedoria-Geral do DF e do TCDF), 11 (Pendências previdenciárias a regularizar junto à Receita Federal do Brasil) e 12 (Ausência de prova de regularidade fiscal de servidores integrantes do rol de responsáveis);

**b) Sra. CINTHIA ALARCÃO COSTA FLEURY** – subitem 2.1.1 (Divergência de saldos entre os sistemas SIGMA e SIAC à Conta de materiais em estoque);

**Recomendações (LC/DF nº 1/94, art. 19):** determine aos atuais gestores, sucessores dos responsáveis pelas presentes contas anuais, que adotem as medidas necessárias com vistas a sanar as falhas apontadas ou evitar que voltem a ocorrer.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público de Contas do DF, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos artigos 17, II, 19 e 24, II, da Lei Complementar do nº 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados, bem como recomendar que sejam adotadas providências para correção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

**ATA da Sessão Ordinária nº** \_\_\_\_\_

**Presente os Conselheiros:** \_\_\_\_\_

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_

**Representante do MP presente:** Procurador (a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Relator

Fui Presente:

\_\_\_\_\_  
Representante do MP



## ACÓRDÃO Nº /2014.

**Ementa:** Tomada de Contas Anual. Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX. Exercício de 2010. Grave infração à norma legal. Contas Irregulares. Ausência de débito ao erário.

**Processo** nº 20.887/2011 (2 volumes)

**Apenso** nº 040.000.994/2011 (1 volume).

**Nome/Função/Período:**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Miguel Angelo Soster	Administrador Regional	01.01.2010 a 30.03.2010
Otávio Rufino dos Santos	Administrador Regional - Substituto	20.01.2010 a 18.02.2010
Otávio Rufino dos Santos	Administrador Regional - Respondendo	31.03.2010 a 17.06.2010
Edson Rosa de Souza	Administrador Regional	18.06.2010 a 31.12.2010

Fonte: Demonstrativos de fls. 5-6 do Processo nº 040.000.994/2011\*.

**Órgão/Entidade** Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX.

**Relator:** Conselheiro ANTONIO RENATO ALVES RAINHA.

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas / 2ª Divisão de Contas

### Síntese das irregularidades apuradas:

**a) Sr. EDSON ROSA DE SOUZA** - em razão das irregularidades apontadas aos subitens 5.3.1 (Ocupação irregular de área pública e de servidão administrativa no âmbito da multifeira), 5.3.2 (Ocupação de imóvel com destinação contrária às normas de gabarito da RA XXIX) e 6.1.1 (Descumprimento ao limite de preenchimento de cargos em comissão – Decisão TCDF nº 2.469/2006) do Relatório de Auditoria nº 03/2011 – DIRAG/CONT (fls. 179/188 do Processo nº 040.000.994/2011);

**b) Srs. MIGUEL ANGELO SOSTER e OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS** – 5.3.2 (Ocupação de imóvel com destinação contrária às normas de gabarito da RA



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

e-DOC 61FED758

Proc 20887/2011

Fls.: 282

Proc.:20887/11

Rubrica

XXIX) e 6.1.1 (Descumprimento ao limite de preenchimento de cargos em comissão – Decisão TCDF nº 2.469/2006) do Relatório de Auditoria nº 03/2011 – DIRAG/CONT (fls. 179/188 do Processo nº 040.000.994/2011).

## Valor individual da multa aplicada aos responsáveis:

- a) Sr. EDSON ROSA DE SOUZA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
- b) Srs. MIGUEL ANGELO SOSTER e OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

**Relator:** Conselheiro ANTONIO RENATO ALVES RAINHA.

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas do DF.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, acordam os Conselheiros, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos artigos 17, inciso III, alíneas “b” e 20 da Lei Complementar DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço e condenar os responsáveis indicados ao recolhimento do valor da multa individual aos cofres do DF, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos artigos 24, inciso III, 26 e 29, do mesmo diploma legal e, desde logo, autorizar a remessa ao Ministério Público de Contas da documentação pertinente para adoção das providências previstas no artigo 99, inciso III, do Regimento Interno desta Corte.

**ATA da Sessão Ordinária nº** \_\_\_\_\_

**Presente os Conselheiros:** \_\_\_\_\_

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_

**Representante do MP presente:** Procurador (a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Relator

Fui Presente: \_\_\_\_\_

Representante do MP